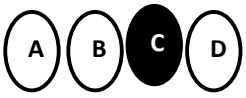
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2026

CARGO
FISCAL DE TRIBUTOS

CONCURSO PÚBLICO

ATENÇÃO! INSTRUÇÕES PARA A PROVA

1. **Você receberá do fiscal:** um **CADERNO DE QUESTÕES** e um **CARTÃO DE RESPOSTAS** personalizado.
2. Confira, abaixo, seu nome, inscrição, cargo que você se escreveu, TIPO DE PROVA com número igual ao C**ADERNO DE QUESTÕES e CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o Fiscal.
4. Escreva a **FRASE DOCARTÃO DE RESPOSTAS na íntegra.**
5. Este Caderno de Provas contém **50(cinquenta)** questões numeradas sequencialmente de **1 a 50.**
6. Leia atentamente cada questão e assinale, no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a opção que mais adequadamente a responde.
7. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
8. Após concluir a prova, o candidato deverá entregar o caderno de provas e o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente assinado.
9. **Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO DE RESPOSTAS:**
10. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** não deve ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
11. A maneira correta de assinalar a opção no **CARTÃO DE RESPOSTAS** é cobrir fortemente, com caneta esferográfica **preta** ou **azul**, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



12. **A leitora óptica NÃO registrará questões sem marcação, marcação pouco nítida ou com mais de uma opção assinalada.**
13. **Você dispõe de 04(quatro) horas para fazer esta prova e marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS.**
14. Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **01(uma)** hora do seu início.
15. Não será permitida a utilização de aparelho celular, qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
16. Os dois últimos candidatos da mesma sala só poderão ser liberados juntos.
17. A **Folha Resposta** abaixo não tem caráter legal, objetiva apenas a conferência do Gabarito do Candidato.

.....

FOLHA RESPOSTA PARA CONFERÊNCIA DO CANDIDATO

NOME:													**CARGO:**											
1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**
26	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 5.

Texto I

Inteligência artificial na pesquisa: ferramenta ou ameaça?

Por Thiago Carita Correra, professor do Instituto de Química da USP

Na edição de 21 de maio de 2026, a revista *Nature* publicou um editorial com um título direto: *Why AI cannot do good science without humans* (Por que a IA não consegue fazer boa ciência sem humanos). O texto parte de dois estudos recentes em que sistemas autônomos de inteligência artificial foram usados na busca por novos fármacos, com resultados impressionantes em velocidade e escala. E, ainda assim, o editorial conclui com algo que vale repetir: a presença humana no processo não é um defeito do sistema. É uma característica fundamental. Removê-la não seria fácil, nem desejável.

Esse ponto merece atenção. Não porque a IA seja uma ameaça a ser contida, mas porque o debate que cerca essa tecnologia oscila com frequência entre o entusiasmo sem reservas e o completo ceticismo. A realidade, como quase sempre, deve estar mais na justa medida entre esses dois pontos.

Inteligência artificial é uma ferramenta. Uma ferramenta de extrema sofisticação, capaz de processar volumes de informação que nenhum ser humano processaria em tempo útil, de identificar padrões onde olhos treinados não os enxergariam, de redigir, resumir, traduzir e sugerir com uma fluência que ainda surpreende. Entretanto, continua sendo uma ferramenta e, dessa forma, seu valor depende de quem a usa, para quê, e com que grau de compreensão.

Há um argumento simples que ilustra bem o que está em jogo na formação de quem pesquisa. Aprender a fazer contas de cabeça não serve para dispensar a calculadora ou computadores, serve para saber quando os resultados estão errados. Quem nunca somou números por si só não tem o filtro interno ou desconfiança que diz “esse resultado não pode estar certo”. O mesmo vale, em escala muito maior, para a prática científica. A IA pode otimizar etapas, sugerir hipóteses, acelerar análises e, de fato, até propor perguntas. O que ela não deve substituir, entretanto, é a capacidade de reconhecer uma boa pergunta, e de formular quais perguntas novas precisam ser respondidas.

É exatamente aí que a ciência vive. Não nas respostas, mas no movimento contínuo entre pergunta, resposta e nova pergunta. Delegar esse movimento inteiramente a um sistema automatizado não é ganho de eficiência. É perda de essência.

Por isso, a questão não é se a IA deve ou não ser usada na pesquisa. Deve, e já é. A questão é como garantir que quem a usa, especialmente quem ainda está se formando como pesquisador, mantenha a compreensão ativa do processo, e não apenas do resultado.

A USP já está nessa discussão, e isso é relevante. O Grupo de Pesquisa em Governança de Agentes de Inteligência Artificial (GPGAIA), ligado à Cátedra Oscar Sala do Instituto de Estudos Avançados, trabalha desde 2025 com grupos temáticos sobre riscos éticos, governança e responsabilização. O Centro de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina (CIAAM) consolidou-se como polo estratégico da Reitoria, reunindo grupos de pesquisa de diversas unidades. E a Cátedra IA Responsável, lançada em parceria com o Google em dezembro de 2025, coloca a Universidade como protagonista no debate nacional sobre o tema. Não faltam competência nem iniciativa dentro de casa.

O que ainda merece atenção é a dimensão prática do acesso. Hoje, boa parte da comunidade USP usa ferramentas de IA de terceiros, não por descuido, mas porque são as que estão ao alcance. O problema é que essas plataformas, em geral, não são controladas pela instituição, e nem sempre oferecem clareza sobre o que acontece com os dados inseridos. Um pesquisador que usa uma dessas ferramentas para redigir um relatório com dados ainda não publicados pode, sem perceber, estar fornecendo informação sensível a sistemas de treinamento externos. Entretanto, conforme discutido no evento *USP Talks – Research Security*, realizado em 28 de abril de 2026, a segurança em pesquisa não é barreira à ciência, mas condição para uma atuação sustentável e globalmente confiável.

O cenário não é catastrófico, mas sim um risco real e evitável cuja resposta não é proibição. É acesso qualificado. O que faria diferença concreta é possuirmos, como comunidade, acesso a plataformas reconhecidas, com políticas claras sobre uso e proteção de dados, acompanhadas de orientação mínima sobre boas práticas. Não como burocracia adicional, mas como o suporte que qualquer profissional precisa para usar bem uma ferramenta nova. E que esse acesso chegasse de verdade a toda a comunidade: estudantes, técnicos, pesquisadores e docentes, em todas as unidades.

O editorial da *Nature* se encerra com uma frase que resume bem o argumento: a IA pode comprimir o tempo necessário para certas descobertas, mas a sabedoria acumulada por equipes que trabalham um problema por décadas, a curiosidade que leva a uma pergunta inesperada, a responsabilidade ética que guia o que se faz são atividades humanas, e não por acidente. Preservá-las não é resistência ao progresso, é a condição para que o progresso valha alguma coisa.

JORNAL DA USP. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/inteligencia-artificial-na-pesquisa-ferramenta-ou-ameaca/?

QUESTÃO 01

No desenvolvimento do texto, o autor inicialmente reconhece o potencial da inteligência artificial para ampliar a eficiência da pesquisa científica, mas, em seguida, estabelece limites para essa utilização. Essa construção argumentativa permite compreender que, para o autor,

A. O avanço tecnológico somente produz benefícios científicos quando a inteligência artificial assume parte significativa das atividades tradicionalmente desempenhadas pelos pesquisadores.
B. A incorporação da inteligência artificial à pesquisa científica é desejável, desde que não elimine a participação humana responsável pela avaliação, pela compreensão e pela tomada de decisões ao longo do processo.
C. A utilização da inteligência artificial na pesquisa deve ser condicionada à comprovação de que seus resultados apresentam maior precisão do que aqueles produzidos exclusivamente pelos pesquisadores.
D. O desenvolvimento científico depende da substituição gradual de procedimentos humanos por sistemas automatizados, cabendo ao pesquisador concentrar-se apenas na interpretação dos resultados obtidos.

QUESTÃO 02

Leia o trecho:

“Aprender a fazer contas de cabeça não serve para dispensar a calculadora ou computadores, serve para saber quando os resultados estão errados. Da mesma forma, compreender os fundamentos de uma área não serve para competir com a IA em velocidade de processamento, serve para avaliar criticamente o que ela produz. ”

A construção argumentativa do trecho estabelece, entre as ideias apresentadas, uma relação de

A. Concessão, pois o autor admite a superioridade da inteligência artificial em determinadas tarefas para, em seguida, relativizar seus efeitos sobre a pesquisa.
B. Analogia, pois o autor aproxima duas situações distintas para sustentar uma mesma ideia: o domínio dos fundamentos é necessário para avaliar criticamente os resultados produzidos por ferramentas tecnológicas.
C. Causalidade, pois o conhecimento dos fundamentos de uma área é apresentado como causa direta da

capacidade humana de superar a velocidade de processamento da inteligência artificial.

D. Oposição, pois o autor contrapõe o conhecimento humano à inteligência artificial, defendendo que o primeiro deve prevalecer sempre que ambos forem empregados em uma pesquisa.

QUESTÃO 03

No trecho "Não como burocracia adicional, mas como o suporte que qualquer profissional precisa para trabalhar com segurança em um ambiente que muda rapidamente", a vírgula empregada após "adicional" contribui para:

A. Separar uma oração subordinada adverbial deslocada.
B. Isolar um termo explicativo intercalado no período.
C. Separar elementos correlacionados pela estrutura "não... mas...", estabelecendo relação de contraste.
D. Separar o sujeito do predicado da oração principal.

QUESTÃO 04

No trecho:

"Entretanto, continua sendo uma ferramenta e, dessa forma, **seu valor depende de quem a usa, para quê, e com que grau de compreensão**. " (3ºparágrafo)

Considerando o contexto argumentativo do texto, o trecho destacado poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por:

A. A sua importância resulta do usuário, da finalidade que lhe é atribuída e da compreensão que a ferramenta demonstra possuir.
B. A sua eficácia está relacionada ao usuário, à finalidade de seu emprego e ao nível de compreensão com que é utilizada.
C. A sua utilidade decorre prioritariamente da finalidade para a qual é empregada e, secundariamente, das competências de quem a utiliza.
D. A sua relevância está condicionada à capacidade do usuário de determinar as finalidades e os resultados que a ferramenta produz.

QUESTÃO 05

Leia o trecho:

"**O que ela não deve substituir**, entretanto, é a capacidade de reconhecer uma boa pergunta, avaliar uma hipótese, perceber uma inconsistência, questionar um resultado. "

A oração destacada exerce, no período, a função sintática de

A. Oração subordinada adjetiva restritiva.
B. Oração subordinada substantiva predicativa.
C. Oração subordinada substantiva subjetiva.
D. Oração coordenada substantiva predicativa.

QUESTÃO 06

Na literatura brasileira do final do século XIX, determinadas produções poéticas passaram a privilegiar o domínio técnico da linguagem, a construção rigorosa dos versos e a busca por uma composição formalmente elaborada. A preocupação com a métrica, a escolha precisa das palavras e o acabamento estético do poema relaciona-se ainda ao princípio de que a obra literária deveria valorizar sua própria dimensão artística, sem necessariamente estar subordinada a uma finalidade moral, política ou social. Essas características estão associadas ao:

A. Simbolismo.
B. Realismo.
C. Romantismo.
D. Parnasianismo.

Leia o texto abaixo e responda às questões de

7 a 10.

TEXTO II

Tenho esperança que...

Certas manhãs quando desço de bonde para o centro da cidade, naquelas manhãs em que, no dizer do poeta, um arcanjo se levanta de dentro de nós; quando desço do subúrbio em que resido há quinze anos, vou vendo pelo longo caminho de mais de dez quilômetros, as escolas públicas povoadas.

Em algumas, ainda surpreendo as crianças entrando e se espalhando pelos jardins à espera do começo das aulas, em outras, porém, elas já estão abancadas e debruçadas sobre aqueles livros que meus olhos não mais folhearão, nem mesmo para seguir as lições de meus filhos. Brás Cubas não transmitiu a nenhuma criatura o legado da nossa miséria; eu, porém, a transmitiria de bom grado.

Vendo todo o dia, ou quase, esse espetáculo curioso e sugestivo da vida da cidade, sempre me hei de lembrar da quantidade das meninas que, anualmente, disputam a entrada na Escola Normal desta idade; e eu, que estou sempre disposto a troçar as pretensões feministas, fico interessado em achar no meu espírito uma solução que satisfizesse o afã do milheiro dessas candidatas a tal matrícula, procurando com isso aprender para ensinar, o quê? O curso primário, as primeiras letras a meninas e meninos pobres, no que vão gastar a sua mocidade, a sua saúde e fanar a sua beleza. Dolorosa coisa para uma moça...

A obscuridade da missão e a abnegação que ela exige, cercam essas moças de um halo de heroísmo, de grandeza, de virtudes que me faz naquelas manhãs em que sinto o arcanjo dentro da minha alma, cobrir todas elas da mais viva e extremada simpatia. Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal na rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora - Dona Teresa Pimentel do Amaral - de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória não me esqueça de todo.

De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é, dela que guardo mais forte impressão.

O doutor (assim o tratávamos) Frutuoso da Costa, um deles, era um preto mineiro, que estudara para padre e não chegara a ordenar-se. Tudo nele era desgosto, amargor; e, às vezes, deixávamos de analisar a *Seleção,* para ouvirmos de sua feia boca histórias polvilhadas dos mais atrozes sarcasmos. Os seus olhos inteligentes luziam debaixo do *pince-nez* e o seu sorriso de remoque mostrava os seus dentes de marfim de um modo que não me atrevo a qualificar. O seu enterro saiu de uma quase estalagem.

Um outro foi o Senhor Francisco Varela, homem de muito mérito e inteligente, que me ensinou História Geral e do Brasil. Tenho uma notícia de polícia que cortei de um velho *Jornal do Comércio* de 1878. Desenvolvida com a habilidade e o *savoir-faire*daqueles tempos, contava como foi preso um sujeito por trazer consigo quatro canivetes. “Explorava-a”, como diz hoje nos jornais, criteriosamente o redator dizendo que “ordinariamente basta que um homem traga consigo uma única arma qualquer para que a polícia ache logo que deve chamá-lo a contas". Isto era naquele tempo e na Corte, pois o professor Chico Varela usava impunemente não sei quantos canivetes, quantos punhais, revólveres; e, um dia, apareceu-nos com uma carabina. Era no tempo da Revolta. Gabava-se, no que tinha muita razão, de ser parente de Fagundes Varela; mas sempre citava a famosa metáfora de Castro Alves, como sendo das mais belas que conhecia: “Qual Prometeu tu me amarraste um dia”...

Era um belo homem e, se ele ler isto, não me leve a mal. Recordações de menino...

Foi ele quem me narrou a lenda dos começos da guerra de Tróia, que, como sei hoje, é da autoria de um tal Estásinos de Chipre. Parece que é fragmento de um poema deste, conservado não sei em que outro livro antigo. O filho do rei de Tróia, Páris, foi chamado a julgar uma contenda entre deusas, Vênus, Minerva e Juno.

Houvera um banquete no céu e a Discórdia, que não havia sido convidada, para vingar-se, atirou um pomo de ouro, com a inscrição – “À mais bela". Páris, chamado a julgar quem merecia o prêmio, entre as três, hesitou. Minerva prometia-lhe a sabedoria e a coragem; Juno, o poder real e Vênus... a mulher mais bela do mundo.

Aí, ele não teve dúvidas: deu o “pomo” à Vênus. Encontrou-se com Helena, que era mulher do rei Menelau, fugiu com ela; e a promessa de Afrodite foi cumprida. Menelau não quis aceitar esse rapto e declarou guerra com uma porção de outros reis à Tróia. Essa história é da mitologia; pois hoje me parece do catecismo. Naqueles dias, ela me encantou e fui da opinião do troiano; atualmente, porém, não

sei como julgaria, mas certo não desencadearia uma guerra por tão pouca coisa.

Varela contava tudo isto com uma eloquência cheia e entusiasmo, de transbordante paixão; e, ao me lembrar ele, comparo-o sempre com o doutor Ortiz Monteiro, que foi meu lente, sempre calmo, metódico, não perdendo nunca um minuto para não interromper a exposição da sua geometria descritiva. A sua pontualidade e o seu amor em ensinar a sua disciplina faziam-no uma exceção no nosso meio, onde os professores cuidam pouco nas suas cadeiras, para se ocuparem de todo outro qualquer afazer.

De todos eu queria também falar do Senhor Oto de Alencar, mas que posso eu dizer da sua cultura geral e profunda, da natureza tão diferente da sua inteligência da nossa inteligência, em geral? Ele tinha alguma coisa daqueles grandes geômetras franceses que vêm de Descartes, passam por d'Alembert e Condorcet, chegam até nossos dias em Bertrand e Poincaré. Podia tocar em tudo e tudo receberia a marca indelével do seu gênio. Entre nós, há muitos que sabem; mas não são sábios. Oto, sem eiva de pedantismo ou de insuficiência presumida, era um gênio universal, em cuja inteligência a total representação científica do mundo tinha lhe dado, não só a acelerada ânsia de mais, saber, mas também a certeza de que nunca conseguiremos sobrepor ao universo as leis que supomos eternas e infalíveis. A nossa ciência não é nem mesmo uma aproximação; é uma representação do Universo peculiar a nós e que, talvez, não sirva para as formigas ou gafanhotos. Ela não é uma deusa que possa gerar inquisidores de escalpelo e microscópio, pois devemos sempre julgá-la com a cartesiana dúvida permanente. Não podemos oprimir em seu nome.

Foi o homem mais inteligente que conheci e o mais honesto de inteligência.

Mas, de todos, de quem mais me lembro, é de minha professora primária, não direi do "a-b-c", porque o aprendi em casa, com minha mãe, que me morreu aos sete anos.

É com essas recordações em torno das quais esvoaçam tantos sonhos mortos e tantas esperanças por realizar, que vejo crepitar esse matutino movimento escolar; e penso nas mil e tantas meninas que todos os anos acodem ao concurso de admissão à Escola Normal.

Tudo têm os sábios da Prefeitura imaginado no intuito de dificultar a entrada. Creio mesmo que já se exigiu Geometria Analítica e Cálculo Diferencial, para crianças de doze a quinze anos; mas nenhum deles se lembrou da medida mais simples. Se as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender, de completar o seu curso primário com um secundário e profissional, o governo só deve e tem a fazer uma coisa: aumentar o número das escolas de quantas houver necessidade.

Dizem, porém, que a municipalidade não tem necessidade de tantas professoras, para admitir cerca de mil candidatas a tais cargos, a despesa, etc. Não há razão para tal objeção, pois o dever de todo governo é facilitar a instrução dos seus súditos.

Todas as mil que se matriculassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só se estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso.

As que não fossem escolhidas, poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima.

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos.

A despesa que ele tem, com os Ginásios e o Colégio Militar bem empregada daria para maior número de externatos, de liceus. Além de um internato no Colégio Militar do Rio, tem outro em Barbacena,

outro em Porto Alegre, e não sei se projetam mais alguns por aí.

Onde ele não tem obrigação de ministrar o ensino secundário, ministra; mas aqui, onde ele é obrigado, constitucionalmente, deixa milhares de moças a impetrar a benevolência do governo municipal.

A municipalidade do Rio de Janeiro que rende cerca de quarenta mil contos ou mais, podia ter há muito tempo resolvido esse caso; mas a política que domina a nossa edilidade não é aquela que Bossuetdefiniu. A nossa tem por fim fazer a vida incômoda e os povos infelizes; e os seus partidos têm por programa um único: não fazer nada de útil.

Diante desse espetáculo de mil e tantas meninas que querem aprender alguma coisa, batem à porta da Municipalidade e ela as repele em massa, admiro que os senhores que entendem de instrução pública, não digam alguma coisa a respeito.

E creio que não é fato insignificante; e, por mais que fosse capaz de causar prazer ou dor à mais humilde criatura, não seria demasiado insignificante para não merecer a atenção do filósofo. Creio ser de Baconessa observação.

O remédio que julgo tão simples, pode não sê-lo; mas, espero despertar a atenção dos entendidos e serão eles capazes de achar um bem melhor. Ficarei muito contente e tenho esperança que tal se dê.

Lima Barreto

LIMA, Barreto**. Toda crônica**: Lima Barreto. Organização Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

QUESTÃO 07

No trecho "**Ficarei** muito contente e tenho esperança que tal **se dê**." (último parágrafo), as formas verbais destacadas estão, respectivamente, nos seguintes tempos e modos:

A. Futuro do pretérito do indicativo e presente do indicativo.
B. Presente do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo.
C. Futuro do presente do indicativo e presente do subjuntivo.
D. Futuro do presente do indicativo e futuro do subjuntivo.

QUESTÃO 08

No trecho:

"**Se** as moças residentes no Município do Rio de Janeiro mostram de tal forma vontade de aprender..." o termo destacado exerce a função de:

A. Pronome reflexivo.
B. Conjunção condicional.
C. Partícula apassivadora.
D. Partícula expletiva.

QUESTÃO 09

No trecho da crônica em que o autor menciona o movimento escolar observado pela manhã, lê-se:

"É com essas recordações em torno das quais esvoaçam tantos sonhos mortos e tantas esperanças por realizar, que vejo crepitar esse **matutino** movimento escolar..."

Considerando a estrutura e a formação do termo destacado, **"matutino"** é um exemplo de:

A. Derivação sufixal.
B. Composição por justaposição.
C. Composição por aglutinação.
D. Derivação prefixal.

QUESTÃO 10

Na crônica de Lima Barreto, aparecem palavras como **"públicas"**, **"município"** e **"necessidade"**. Considerando as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, assinale a alternativa correta:

A. As palavras "públicas" e "município" recebem acento gráfico por serem proparoxítonas, enquanto "necessidade" não recebe acento por ser paroxítona terminada em vogal.
B. As palavras "públicas" e "município" recebem acento gráfico por serem paroxítonas terminadas em vogal, enquanto "necessidade" é oxítona.
C. A palavra "necessidade" recebe acento gráfico por ser paroxítona, enquanto "públicas" e "município" são oxítonas.
D. O acento gráfico de "públicas" e "município" ocorre por serem paroxítonas terminadas em consoante, enquanto "necessidade" é proparoxítona.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Ao montar um computador para um setor da prefeitura, um técnico precisa escolher a placa-mãe, o processador, os módulos de memória, a unidade de armazenamento e a fonte de alimentação, levando em conta a função de cada componente no conjunto.

Considerando as funções desses componentes, assinale a alternativa CORRETA:

A. A memória ROM é volátil e perde seu conteúdo quando o equipamento é desligado, razão pela qual é usada para guardar os programas abertos pelo usuário.
B. A fonte de alimentação converte a corrente contínua fornecida pela rede elétrica em corrente alternada, adequada aos circuitos internos.
C. O pendrive é classificado como dispositivo exclusivamente de entrada, pois apenas envia dados ao computador.
D. A placa-mãe interliga os componentes do computador, e seu chipset coordena a comunicação entre o processador, a memória e os demais dispositivos.

QUESTÃO 12

A rede da Secretaria de Saúde utiliza topologia em estrela, com os computadores ligados a um switch central. O administrador recebeu o bloco de endereços 192.168.10.0/26 para um dos setores.

A partir desses dados, é CORRETO afirmar que:

A. A máscara /26 equivale a 255.255.255.192 e permite até 62 endereços utilizáveis por hosts na sub-rede.
B. A falha de um único computador da rede em estrela interrompe a comunicação de todos os demais equipamentos.
C. O endereço 192.168.10.0 é público e pode ser roteado diretamente na internet, sem tradução de endereços.
D. A topologia em malha, se adotada, ligaria cada equipamento a apenas um vizinho, reduzindo a redundância.

QUESTÃO 13

O setor de tecnologia da prefeitura elaborou um material de capacitação sobre os protocolos usados na navegação, na transferência de arquivos e no correio eletrônico.

Acerca desses protocolos e dos modelos de referência, analise as afirmativas a seguir.

I. O modelo OSI é dividido em sete camadas, enquanto o modelo TCP/IP é usualmente descrito com quatro camadas, agrupando funções que o OSI separa.
II. O SMTP é o protocolo usado pelo cliente para receber mensagens da caixa postal, enquanto o POP3 é responsável pelo envio.
III. O IMAP mantém as mensagens no servidor e sincroniza seu estado, o que permite acessar a mesma caixa postal em vários dispositivos.
IV. O HTTPS utiliza o protocolo TLS para criptografar a comunicação e tem como porta padrão a 443, ao passo que o HTTP usa a porta 80.

Estão CORRETAS:

A. I e II, apenas.
B. II e III, apenas.
C. I, III e IV, apenas.
D. II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 14

Um servidor organizou no Excel as despesas de alguns setores:

	A	B
1	Setor	Despesa
2	Saúde	1200
3	Educação	800
4	Saúde	500
5	Obras	1500
6	Educação	300

Com base nessa planilha, assinale a opção CORRETA.

A. A fórmula =SOMASE(A2:A6;"Saúde";B2:B6) retorna 2000.
B. A fórmula =PROCV("Obras";A2:B6;2;FALSO) retorna 1500.
C. A fórmula =SE(SOMA(B2:B6)>4000;"Acima";"Dentro") retorna "Dentro".
D. A fórmula =CONT.NÚM(A2:A6) retorna 5.

QUESTÃO 15

A assessoria de comunicação da prefeitura prepara um relatório extenso no Microsoft Word, com capa, sumário, capítulos e convites personalizados para várias instituições.

No que se refere aos recursos do Word, assinale a alternativa INCORRETA**:**

A. A mala direta combina um documento principal com uma fonte de dados, como uma planilha do Excel ou uma lista de contatos, e gera documentos personalizados para cada destinatário.
B. O sumário automático é gerado a partir dos estilos de título aplicados ao texto e pode ser atualizado após alterações no documento.
C. Para que a numeração de páginas comece apenas após a capa, basta inserir uma quebra de página simples, pois ela cria cabeçalhos e rodapés independentes.
D. O recurso Controlar Alterações registra inserções, exclusões e formatações, permitindo aceitá-las ou rejeitá-las posteriormente.

QUESTÃO 16

Para proteger dados sensíveis trocados por e-mail entre a Secretaria de Saúde e outros órgãos, a equipe de TI elaborou orientações sobre criptografia e sobre o uso seguro do correio eletrônico.

Tendo em vista os princípios da criptografia e as boas práticas no uso do e-mail, julgue as afirmativas a seguir como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) Na criptografia simétrica, a mesma chave é usada para cifrar e decifrar, e um de seus desafios é a distribuição segura dessa chave entre as partes.
( ) Na criptografia assimétrica, para garantir a confidencialidade, o remetente cifra a mensagem com a sua própria chave privada.
( ) Os endereços inseridos no campo CCO ficam visíveis para os destinatários dos campos Para e CC.
( ) A presença do cadeado (HTTPS) na barra de endereços garante que o site é legítimo e, portanto, não pode ser uma página de phishing.

A sequência CORRETA é:

A. V, V, F, V.
B. F, F, V, V.
C. V, F, V, F.
D. V, F, F, F.

QUESTÃO 17

Após um ataque que deixou indisponíveis computadores de um hospital municipal, a equipe de TI promoveu uma capacitação sobre códigos maliciosos e mecanismos de proteção.

Quanto a essas ameaças e às formas de proteção, assinale a alternativa VERDADEIRA:

A. O worm é capaz de se propagar automaticamente pela rede, explorando vulnerabilidades, sem depender de um arquivo hospedeiro.
B. O cavalo de Troia caracteriza-se por se autorreplicar, inserindo cópias de si mesmo em outros arquivos do sistema.
C. O ransomware atua de forma silenciosa, registrando as teclas digitadas para capturar senhas bancárias, sem afetar o acesso aos arquivos.
D. A combinação de senha e pergunta secreta constitui autenticação em dois fatores, por exigir duas informações distintas.

QUESTÃO 18

Para controlar a distribuição de medicamentos, a prefeitura criou no Microsoft Access as tabelas PACIENTES e DISPENSAÇÕES. Cada paciente pode ter várias dispensações registradas.

No tocante aos bancos de dados relacionais e ao uso do Access, analise as afirmativas.

I. A chave primária identifica de forma única cada registro da tabela, não admitindo valores repetidos nem nulos.
II. Na tabela DISPENSAÇÕES, o campo que referencia o paciente (chave estrangeira) não pode conter valores repetidos.
III. No Access, os formulários são os objetos em que os dados ficam efetivamente armazenados, enquanto as tabelas servem apenas para exibi-los.
IV. Com a integridade referencial ativada, o sistema impede o cadastro de uma dispensação vinculada a um código de paciente inexistente.

Estão CORRETAS:

A. I e II, apenas.
B. I e IV, apenas.
C. II e III, apenas.
D. III e IV, apenas.

QUESTÃO 19

Ao implantar um sistema de agendamento on-line, a Secretaria de Saúde passou a coletar nome, CPF, endereço e informações clínicas dos usuários e precisou adequar seus procedimentos à Lei Geral de Proteção de Dados.

À luz da Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa INCORRETA**:**

A. Pelo princípio da necessidade, o tratamento deve limitar-se ao mínimo necessário para o alcance de suas finalidades, abrangendo apenas dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.
B. O titular pode requerer a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei.
C. O controlador deve comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.
D. O consentimento do titular é a única base legal admitida, de modo que, sem ele, os órgãos públicos não podem tratar dados pessoais nem mesmo para executar políticas públicas.

QUESTÃO 20

Para reduzir custos, a prefeitura avalia substituir programas comerciais por alternativas gratuitas e de código aberto, preocupada também em manter a regularidade das licenças em uso.

Levando em conta os tipos de licença de software, julgue as afirmativas como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) Todo freeware é, necessariamente, um software de código aberto, pois sua distribuição é gratuita.
( ) O shareware é distribuído sem qualquer limitação de tempo ou de recursos, e o LibreOffice é um exemplo típico dessa modalidade.
( ) O software de código aberto permite estudar e modificar o código-fonte, e Linux, GIMP e LibreOffice são exemplos dessa categoria.
( ) O programa de computador é protegido por legislação específica, e o uso de cópias sem a devida licença configura violação de direitos autorais.

A sequência CORRETA é:

A. V, F, V, F.
B. F, V, F, V.
C. F, F, V, V.
D. V, V, F, F.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 21

A Paraíba deu ao país nomes de destaque na literatura, nas artes plásticas e na música, que ajudaram a projetar a cultura nordestina no cenário nacional.

Considerando a produção literária e artística paraibana, assinale a alternativa CORRETA:

A. Pedro Américo, natural de Areia, é o autor do quadro "Primeira Missa no Brasil", símbolo da pintura histórica do Império.
B. "A Bagaceira" (1928), de José Américo de Almeida, é considerado marco inaugural do romance regionalista nordestino da geração de 1930.
C. Ariano Suassuna, autor do "Auto da Compadecida", nasceu em Recife, onde viveu toda a sua vida e fundou o Movimento Armorial.
D. Jackson do Pandeiro, nascido em Alagoa Grande, ficou conhecido como o "Rei do Baião" por popularizar o gênero no Sudeste.

QUESTÃO 22

A intensificação da globalização a partir dos anos 1990 estimulou a formação de blocos econômicos e ampliou a circulação de mercadorias e capitais entre os países, com efeitos diretos sobre a economia brasileira.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. O Mercosul, criado pelo Tratado de Assunção (1991), é classificado como união aduaneira imperfeita, por adotar uma Tarifa Externa Comum com listas de exceções.
II. O Nafta, formado por Estados Unidos, Canadá e México, permanece em vigor nos moldes originais de 1994.
III. A União Europeia alcançou o estágio de união econômica e monetária, embora nem todos os seus membros adotem o euro.
IV. O investimento estrangeiro direto caracteriza-se por aplicações de curto prazo em bolsas de valores, facilmente retiradas do país em momentos de crise.

Estão CORRETAS:

A. I e II, apenas.
B. II e IV, apenas.
C. I e III, apenas.
D. I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 23

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou novas abordagens nas últimas décadas, que buscam conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, com mudanças nos modos de produzir e consumir.

Em matéria de sustentabilidade e de modelos produtivos, é CORRETO afirmar que:

A. A economia circular busca manter produtos, componentes e materiais em uso pelo maior tempo possível, priorizando redesenho, reuso e reparo antes da reciclagem.
B. O tripé da sustentabilidade, formulado por John Elkington, estabelece a prioridade da dimensão econômica, devendo as dimensões social e ambiental ser atendidas após o crescimento.
C. A logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, transfere integralmente ao consumidor a responsabilidade pela destinação dos produtos após o uso.
D. As tecnologias limpas consistem no tratamento dos poluentes ao final do processo produtivo, sem necessidade de modificar as etapas de produção.

QUESTÃO 24

Relatórios científicos internacionais apontam a intensificação do aquecimento global e de seus efeitos sobre as geleiras, os oceanos e o clima das diferentes regiões do planeta.

A propósito das mudanças climáticas e de suas consequências, julgue as afirmativas como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) O efeito estufa é um fenômeno natural, essencial à vida na Terra, e o problema atual decorre de sua intensificação pelas emissões de origem humana.
( ) O derretimento do gelo marinho do Ártico, que flutua sobre o oceano, é a principal causa da elevação do nível médio do mar.
( ) A expansão térmica da água dos oceanos, provocada pelo aquecimento, contribui para a elevação do nível do mar.
( ) A redução das áreas cobertas por gelo aumenta o albedo da superfície terrestre, o que atenua o aquecimento nas regiões polares.

Assinale a sequência CORRETA.

A. V, V, V, F.
B. F, F, V, V.
C. V, F, F, V.
D. V, F, V, F.

QUESTÃO 25

O Brasil possui um conjunto de normas ambientais considerado amplo, com destaque para o Código Florestal, a Lei da Mata Atlântica e a Lei de Crimes Ambientais.

Em relação a essa legislação, analise as alternativas e assinale a INCORRETA**:**

A. A Lei nº 9.605/1998 restringe a responsabilização penal às pessoas físicas, uma vez que a pessoa jurídica não pode ser sujeito ativo de crime ambiental.
B. O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) instituiu o Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais.
C. A Lei nº 11.428/2006 disciplinas a proteção e a utilização da vegetação nativa da Mata Atlântica, com regras distintas para a vegetação primária e para a secundária conforme o estágio de regeneração.
D. A Área de Preservação Permanente é protegida esteja ou não coberta por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem e a estabilidade geológica, entre outras.

QUESTÃO 26

A Constituição de 1988, os tratados internacionais e as decisões dos tribunais superiores consolidaram um conjunto de garantias voltadas a grupos historicamente vulnerabilizados.

Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, analise as alternativas e assinale a CORRETA:

A. As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas pertencem às respectivas comunidades, que podem aliená-las livremente.
B. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos.
C. O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi instituído por emenda constitucional que alterou o art. 226 da Constituição.
D. A Lei Brasileira de Inclusão considera pessoa com deficiência apenas quem tem impedimento físico ou sensorial, excluídos os impedimentos mentais e intelectuais.

QUESTÃO 27

As decisões de política monetária e fiscal afetam o crédito, os preços, o câmbio e a capacidade de investimento dos governos, inclusive dos municípios.

Acerca dessas políticas e de seus instrumentos, analise as afirmativas.

I. Com a Lei Complementar nº 179/2021, o Banco Central passou a ter autonomia, com mandatos fixos para presidente e diretores, não coincidentes com o mandato do Presidente da República.
II. A desvalorização do real em relação ao dólar tende a encarecer os produtos importados e a favorecer os exportadores brasileiros.
III. A Lei de Responsabilidade Fiscal limita a despesa total com pessoal dos municípios a 60% da receita corrente líquida.
IV. Diante de uma inflação provocada pelo excesso de demanda, a redução da taxa básica de juros é o instrumento indicado para conter a alta dos preços.

Estão CORRETAS:

A. I e II, apenas.
B. II e IV, apenas.
C. I, III e IV, apenas.
D. I, II e III, apenas.

QUESTÃO 28

As transformações no mundo do trabalho e o envelhecimento da população recolocaram no centro do debate público o financiamento e a abrangência da proteção social no Brasil.

No âmbito da seguridade social, analise as alternativas e assinale a CORRETA:

A. A seguridade social compreende ações integradas relativas à saúde, à previdência e à assistência social, e a saúde é direito de todos, independentemente de contribuição.
B. O Regime Geral de Previdência Social é organizado em regime de capitalização individual, no qual cada segurado custeia exclusivamente o próprio benefício.
C. Após a Emenda Constitucional nº 103/2019, a aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima manteve-se como regra geral para os novos segurados.
D. A assistência social é prestada somente aos segurados que contribuíram para a previdência por, no mínimo, quinze anos.

QUESTÃO 29

A expansão das redes sociais e das plataformas digitais transformou a forma como as pessoas se informam, se relacionam e participam do debate público, com efeitos sociais, políticos e econômicos.

Diante desse fenômeno, classifique as afirmativas como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

( ) Os algoritmos de personalização tendem a expor o usuário a conteúdos alinhados às suas preferências, criando "bolhas" que podem favorecer a polarização e a circulação de desinformação.
( ) Pelo Marco Civil da Internet, o provedor de conexão deve manter os registros de conexão, sob sigilo, pelo prazo de um ano.
( ) Pelo Marco Civil da Internet, os provedores de aplicações devem guardar os registros de acesso pelo prazo mínimo de cinco anos.
( ) A desigualdade no acesso às tecnologias de informação e nas habilidades para utilizá-las pode aprofundar desigualdades sociais e econômicas já existentes.

A sequência CORRETA é:

A. V, F, V, V.
B. F, V, F, V.
C. V, V, F, V.
D. V, V, V, F.

QUESTÃO 30

A economia brasileira combina um agronegócio competitivo no mercado externo, um parque industrial diversificado e um setor de serviços em expansão, cada qual com peso distinto na produção e no emprego.

A respeito da estrutura produtiva brasileira, analise as alternativas e assinale a INCORRETA**:**

A. O setor de serviços responde pela maior parcela do PIB e pela maior parte dos empregos no país.
B. A agropecuária, por sua elevada participação nas exportações, também responde pela maior parcela do PIB brasileiro, superando a indústria e os serviços.
C. A siderurgia é uma indústria de base, que fornece aço para setores como o automotivo, a construção civil e a fabricação de máquinas.
D. A concentração da pauta exportadora em commodities torna a balança comercial sensível às oscilações dos preços internacionais e da demanda externa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

O Poder Constituinte Derivado Reformador representa a competência de alterar e atualizar o texto constitucional por meio de procedimentos rígidos e previamente estabelecidos. Diferentemente do Poder Constituinte Originário, a atividade reformadora é essencialmente jurídica, instituída e subordinada aos limites impostos pela própria Constituição Federal de 1988, sujeitando-se

ao crivo do controle jurisdicional do Supremo Tribunal Federal (STF).

Sobre os limites formais, materiais, circunstanciais e a atuação do controle de constitucionalidade em face das emendas à Constituição, analise as afirmativas a seguir:

I. O Poder Constituinte Derivado Reformador possui caráter secundário, limitado, condicionado e instituído, devendo obediência irrestrita aos limites formais (procedimento de tramitação e quórum qualificado) e aos limites materiais (núcleo essencial das cláusulas pétreas), sob pena de declaração de inconstitucionalidade.
II. O controle de constitucionalidade preventivo de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) é admitido no direito brasileiro em caráter excepcional por via de Mandado de Segurança, impetrado exclusivamente por parlamentar da respectiva Casa Legislativa em que tramita a proposta, fundamentando-se no direito líquido e certo ao devido processo legislativo constitucional.
III. O controle judicial sobre a interpretação de normas puramente regimentais do Congresso Nacional no âmbito do processo de reforma constitucional é balizado pelo princípio da autocontenção (*self-restraint*), de modo que o Poder Judiciário deve evitar imiscuir-se em questões *interna corporis* do Poder Legislativo, ressalvadas as hipóteses de manifesta e frontal violação a mandamento expresso da Constituição Federal.
IV. O Poder Constituinte Derivado Decorrente, responsável pela auto-organização dos Estados-membros mediante a elaboração de suas respectivas Constituições Estaduais, é dotado de autonomia absoluta e ilimitada, sendo juridicamente viável a supressão de garantias individuais federais no âmbito subnacional e a livre alteração do rito especial de reforma constitucional federal.

Estão CORRETAS:

A. I e IV apenas.
B. II e IV apenas.
C. I, II e III apenas.
D. I, II, III e IV.

QUESTÃO 32

A estruturação da Teoria do Poder Constituinte pressupõe a diferenciação ontológica entre o poder que funda uma nova ordem jurídica e os poderes de natureza constituída, criados pela própria Constituição para assegurar sua dinâmica evolutiva e atualização diante das transformações da sociedade. O poder de emenda à Constituição deve operar sob o império dos limites formais e substantivos estabelecidos pelo poder inicial.

Todas as afirmativas abaixo descrevem corretamente as características e as limitações do Poder Constituinte Derivado, EXCETO:

A. O Poder Constituinte Derivado é caracterizado por ser inicial, ilimitado juridicamente e incondicionado, cabendo-lhe a prerrogativa soberana de romper por completo com a ordem jurídica precedente sem qualquer submissão a regras formais ou materiais de validade.
B. O Poder Constituinte Derivado Reformador é juridicamente instituído pela vontade originária, caracterizando-se por ser secundário, limitado e condicionado ao cumprimento das regras procedimentais e materiais estabelecidas pela própria Constituição.
C. Os limites circunstanciais obstam a emenda da Constituição na vigência de estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal, de forma a preservar a estabilidade das instituições democráticas contra reformas de conveniência política em momentos de instabilidade institucional.
D. Os limites materiais ou cláusulas pétreas resguardam o núcleo essencial de identidade da Constituição contra investidas do poder de reforma, impedindo a deliberação de propostas de emenda tendentes a abolir a forma federativa de Estado ou a separação dos Poderes.

QUESTÃO 33

A relação de harmonia e subordinação entre a garantia constitucional da coisa julgada e os provimentos definitivos exarados pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado ou de repercussão geral gerou profundas discussões jurisprudenciais em matéria fiscal. Analise o conceito técnico-jurídico transcrito a seguir:

"Mecanismo processual-constitucional de eficácia automática segundo o qual as decisões judiciais individuais definitivas, proferidas em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo (ou continuado), perdem integralmente sua força vinculante prospectiva a partir do julgamento superveniente em sentido contrário proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso extraordinário com repercussão geral, operando de

forma imediata e independente do ajuizamento de ação rescisória, com o intuito de resguardar os princípios da isonomia e da livre concorrência."

O fragmento conceitual apresentado descreve qual instituto ou efeito no âmbito da jurisdição constitucional brasileira?

A. Modulação dos efeitos temporais ex tunc da declaração de inconstitucionalidade.
B. Eficácia subjetiva erga omnes do controle difuso-incidental antes do regime de repercussão geral.
C. Cessação automática dos efeitos prospectivos da coisa julgada tributária em relações de trato sucessivo.
D. Controle preventivo de constitucionalidade judicial por meio de ação direta de descumprimento de preceito fundamental.

QUESTÃO 34

A legitimação ativa para a instauração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, regulada em rol estrito no Artigo 103 da Constituição Federal de 1988, passou por importantes atualizações hermenêuticas para contornar a rigidez histórica da chamada "jurisprudência defensiva". O reconhecimento de novos sujeitos coletivos como legítimos guardiões do bloco de constitucionalidade reflete a adequação do processo constitucional aos mandamentos de representatividade social e isonomia formal.

Considerando as diretrizes normativas vigentes e os precedentes recentes do STF sobre a legitimidade ativa no controle concentrado de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

A. As confederações sindicais e entidades de classe de âmbito subnacional ou regional possuem legitimidade ativa universal, sendo dispensadas de comprovar o requisito de pertinência temática em face do ato normativo estadual ou federal impugnado.
B. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é reconhecida pelo STF como entidade de classe de âmbito nacional qualificada a provocar o controle concentrado de constitucionalidade, sendo que a sua admissão processual independe de prévia constituição jurídica formalizada, dado o respeito constitucional à sua organização social originária.
C. O cidadão brasileiro individualmente considerado é legitimado ativo para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), desde que angarie o apoio formal de pelo menos um por cento do eleitorado nacional distribuído em cinco estados da federação.
D. Todos os legitimados previstos no Artigo 103 da Constituição Federal de 1988 são classificados como legitimados especiais, exigindo-se de todos eles, sem exceção, a demonstração robusta de correlação direta entre o conteúdo da norma e os fins institucionais da entidade (pertinência temática).

QUESTÃO 35

A organização político-administrativa do Estado brasileiro confere aos Municípios a condição de entes autônomos da Federação, dotados de quádrupla capacidade de gestão dos seus próprios negócios. Essa autonomia federativa é protegida contra ingerências abusivas, restringindo as possibilidades de intervenção de um ente federado em outro a situações de gravidade excepcionalíssima.

Sobre as diretrizes da autonomia municipal, o processo de auto-organização local e as hipóteses de intervenção estadual em face das Constituições Federal e Estadual, analise as afirmativas a seguir:

I. No federalismo de terceiro grau adotado no Brasil, a intervenção de um Estado-membro em seus respectivos Municípios é medida excepcionalíssima, estando as hipóteses taxativamente previstas no Artigo 35 da Constituição Federal, sendo inconstitucional a inclusão de novas causas de intervenção pela Constituição Estadual, ainda que sob pretexto de combater a improbidade administrativa ou a corrupção.
II. A autonomia de auto-organização municipal assegura que cada Município edite sua própria Lei Orgânica, votada e promulgada pela Câmara Municipal em dois turnos de discussão, devendo esta obedecer tanto aos princípios estabelecidos na Constituição Federal quanto aos princípios fundamentais da respectiva Constituição Estadual (relação de simetria obrigatória).
III. Embora a autonomia municipal assegure a competência administrativa para estruturar os seus serviços locais, a Constituição Estadual pode obrigar taxativamente que todos os municípios de seu território criem e mantenham um corpo permanente de Procuradores Municipais estruturado em carreira, sob pena de intervenção imediata, retirando do poder local a escolha de assessoramento jurídico mais adequado às suas condições orçamentárias concretas.
IV. O controle concentrado de constitucionalidade em face de lei ou ato normativo municipal contestado

diretamente frente à Constituição Estadual é de competência originária do Tribunal de Justiça local, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI estadual), cuja legitimação ativa é regulada pela própria Constituição do Estado-membro.

Estão CORRETAS:

A. I e IV apenas.
B. II e IV apenas.
C. I, II e IV apenas.
D. I, II, III e IV.

QUESTÃO 36

A organização federativa brasileira estrutura-se sob um modelo de tripartição de competências que eleva os Municípios ao status de integrantes indissolúveis da federação. A harmonia deste sistema exige que as esferas estadual e federal respeitem o âmbito de atuação reservado ao interesse local e à auto-organização dos municípios, impedindo atos que resultem na usurpação do poder regulamentar e gerencial das cidades.

Todas as afirmativas abaixo descrevem corretamente as regras de repartição de competências e limites da autonomia municipal sob a ótica constitucional, **EXCETO**:

A. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de novos Municípios são atos inseridos na autonomia legislativa municipal absoluta, sendo realizados de forma isolada mediante decreto do Prefeito do município de origem, dispensando a necessidade de realização de Estudos de Viabilidade Municipal ou de consulta prévia às populações envolvidas.
B. É inconstitucional norma de Constituição Estadual que determine de forma compulsória e generalizada que todos os seus Municípios constituam procuradorias estruturadas para assessoramento e representação jurídica, cabendo ao poder local a prerrogativa de estruturação interna de seus quadros administrativos.
C. A competência suplementar assegurada aos Municípios confere-lhes a autorização para preencher as lacunas e adequar a legislação federal e a estadual no que couber, adaptando-as às realidades e às peculiaridades do interesse local, desde que não afrontem normas federais e estaduais válidas de caráter geral.
D. A autonomia financeira do Município materializa-se na competência para instituir e arrecadar tributos de sua competência expressa (como ISS, IPTU e ITBI) e na liberdade de aplicação de suas rendas próprias, sem prejuízo do dever de prestar contas e publicar balancetes periódicos.

QUESTÃO 37

Analise o conceito técnico-jurídico apresentado a seguir:

"Modelo peculiar de organização político-administrativa de Estado composto que eleva as comunas locais ao patamar de entidades autônomas e integrantes indissolúveis da estrutura federativa, dotando-as de quádrupla capacidade, auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, sem contudo lhes outorgar soberania externa ou permitir que suas leis locais sejam impugnadas por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade direta de competência do Supremo Tribunal Federal (STF) com fundamento puramente na Constituição Federal."

O conceito apresentado define qual instituto ou modelo estrutural do federalismo adotado no Brasil? Assinale a alternativa CORRETA:

A. Federalismo simétrico clássico de segundo grau (ou bilateral).
B. Descentralização administrativa autárquica por outorga corporativa tutelada.
C. Federalismo de terceiro grau (ou trilateral de municípios autônomos).
D. Autogoverno regional comunitário por descentralização territorial delegada.

QUESTÃO 38

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no Título VII, os princípios fundamentais que regem a ordem econômica e financeira nacional, tendo por objetivo assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social e os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. Nesse contexto, a atuação direta do Estado como agente explorador de atividade econômica é medida excepcionalíssima e rigorosamente disciplinada.

Todas as afirmativas abaixo descrevem corretamente as diretrizes constitucionais reguladoras da intervenção do Estado no domínio econômico e o regime jurídico das

estatais exploradoras de atividade econômica mercantil, EXCETO:

A. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só é permitida em caráter excepcional, quando estritamente necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em legislação em sentido estrito.
B. O estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica deve assegurar a sua submissão ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
C. As empresas públicas e sociedades de economia mista que realizam a exploração de atividade econômica de livre mercado não poderão usufruir de privilégios fiscais que não sejam extensivos às empresas operantes no setor privado.
D. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens e serviços gozam de privilégios fiscais absolutos e imunidade tributária recíproca de impostos federais, estaduais e municipais, de modo a desonerar totalmente as suas operações mercantis frente aos concorrentes do setor privado.

QUESTÃO 39

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). No exercício de suas atribuições institucionais de controle, o Tribunal de Contas detém uma série de competências de natureza fiscalizatória, julgadora e sancionatória.

Analise o preceito e definição jurídica transcritos a seguir:

"Atribuição de competência privativa exercida pela Corte de Contas federal (TCU), devidamente fundamentada no Artigo 71 da Constituição Federal e em sua legislação orgânica específica, que autoriza o órgão de controle externo, diante da ocorrência de infração grave, desvio de finalidade ou fraude à licitação pública devidamente comprovados em regular processo administrativo, a declarar a inidoneidade de licitantes e prestadores de serviços, impedindo-os de participar de licitações ou de contratar no âmbito da Administração Pública federal, cuja eficácia é de caráter estritamente nacional-federal."

O texto apresentado conceitua qual instituto de controle e jurisdição financeira previsto no âmbito constitucional? Assinale a alternativa CORRETA:

A. Direito de preclusão absoluta da coisa julgada administrativa em matéria de auditoria operacional.
B. Poder geral de cautela concorrente do Tribunal de Contas para decretação de indisponibilidade de bens privados sem contraditório prévio.
C. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a cargo do Tribunal de Contas da União.
D. Homologação impositiva de inelegibilidade de ofício sobre contas anuais de governantes subnacionais.

QUESTÃO 40

Os direitos e garantias fundamentais constituem as vigas mestras da identidade axiológica e dogmática da Constituição Federal de 1988, impondo balizas intransponíveis à atuação de todos os Poderes constituídos. À medida que o texto constitucional sofre reformas estruturais promovidas pelo Poder Reformador secundário, as garantias protetivas de direitos individuais e sociais atuam como limites substantivos de contenção para salvaguardar as conquistas democráticas e o patamar civilizatório já alcançado pela sociedade.

Sobre as teorias, preceitos jurídicos e limites que protegem os direitos e garantias fundamentais contra reformas constitucionais e alterações legislativas, analise as afirmativas a seguir:

I. O princípio da vedação ao retrocesso social (também conhecido como princípio da proibição da evolução reacionária ou efeito cliquet) estabelece que as conquistas civilizatórias e os direitos sociais já implementados e concretizados pelo Estado não podem ser puramente extintos ou desconstituídos pelo poder constituinte derivado, a menos que sejam acompanhados de medidas compensatórias ou substitutivas equivalentes.
II. Os direitos e garantias individuais resguardados sob a égide das cláusulas pétreas (Artigo 60, § 4º, IV, da CF/88) englobam alémdo rol expresso contido no Artigo 5º da Constituição Federal, como também, outros direitos fundamentais de

natureza análoga dispersos ao longo do texto constitucional, como os direitos fundamentais sociais e os princípios fundamentais que salvaguardam a dignidade humana.

III. O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais constituem limites materiais implícitos à atuação do legislador derivado reformador, de modo que Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que esvaziem por completo o núcleo essencial de um direito fundamental social são passíveis de declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário.

IV. Por força expressa da supremacia da lei e da autonomia do legislador infraconstitucional, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais sociais possuem eficácia exclusivamente limitada e programática, sendo terminantemente proibida a sua aplicação direta, imediata ou judicializada nas relações de emprego ou na prestação de serviços públicos de saúde.

Estão CORRETAS:

A. I e IV apenas.
B. II e IV apenas.
C. I, II e III apenas.
D. I, II, III e IV.

QUESTÃO 41

A fiscalização tributária e o correto enquadramento das receitas arrecadadas pelo Estado exigem do Auditor Fiscal a precisa diferenciação entre as taxas (de natureza tributária) e os preços públicos (tarifas, de natureza não tributária). A inadequada capitulação de uma cobrança por ato administrativo infralegal pode gerar graves passivos de inconstitucionalidade e anulação judicial por violação direta aos princípios estruturantes do Sistema Tributário Nacional.

Analise a definição e o enquadramento do regime jurídico apresentado a seguir:

"Exação pecuniária desprovida de natureza tributária, de caráter eminentemente contratual e facultativo, cuja instituição e majoração prescindem da edição de lei em sentido estrito (podendo ocorrer por meio de ato regulamentar do Executivo) e cuja cobrança não se submete de forma alguma aos princípios constitucionais da anterioridade anual ou nonagesimal, estando também isenta do regime de imunidade tributária recíproca assegurada aos entes federados."

O texto apresentado descreve o regime jurídico de qual modalidade de cobrança praticada pelo Estado ou seus delegados? Assinale a alternativa CORRETA:

A. Taxa decorrente do exercício de poder de polícia.
B. Contribuição de melhoria decorrente de obra pública.
C. Preço público (ou tarifa).
D. Empréstimo compulsório de urgência.

QUESTÃO 42

A correta identificação das espécies tributárias é um dos temas mais debatidos no âmbito do Direito Tributário brasileiro, existindo disparidades dogmáticas entre a literalidade do Código Tributário Nacional de 1966 e a interpretação constitucional consolidada pelo Supremo Tribunal Federal após a promulgação da Carta de 1988. A determinação da natureza jurídica específica do tributo é dada pelo fato gerador da obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e outras características formais adotadas pela lei.
Sobre a classificação, teorias e características das espécies tributárias vigentes no Brasil, analise as afirmativas a seguir:

I. O Artigo 5º do Código Tributário Nacional (CTN) adota textualmente a Teoria Tripartida (ou tripartite), ao prever expressamente que os tributos são divididos em três espécies: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

II. O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a Constituição Federal de 1988 adotou a Teoria Quinquipartida (ou pentapartida), segundo a qual o Sistema Tributário Nacional é composto por cinco espécies autônomas: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e as contribuições especiais (sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas).

III. Em conformidade com o Código Tributário Nacional, a destinação legal do produto da arrecadação de uma exação pecuniária constitui o único e absoluto critério técnico utilizado para definir a natureza jurídica do tributo, sobrepondo-se à hipótese de incidência do seu fato gerador.

IV. A contribuição de melhoria é um tributo de natureza vinculada que exige, como pressuposto de validade de sua instituição, a realização de obra pública da qual decorra efetiva valorização imobiliária para o patrimônio do contribuinte, sendo o acréscimo de valor obtido o limite individual da cobrança.

Estão CORRETAS:

A. I e III apenas.
B. II e IV apenas.
C. I, II e IV apenas.
D. I, II, III e IV.

QUESTÃO 43

Um município executou obra pública de pavimentação e drenagem de determinada avenida. Após a conclusão, estudos técnicos demonstraram que os imóveis diretamente beneficiados experimentaram valorização imobiliária. Diante da possibilidade de recuperação parcial dos custos da obra, a Administração pretende instituir contribuição de melhoria.

Considerando as características jurídicas desse tributo, assinale a alternativa CORRETA:

A. A contribuição de melhoria pode ser instituída sempre que houver realização de obra pública, ainda que não seja demonstrada qualquer valorização dos imóveis por ela beneficiados.
B. A contribuição de melhoria possui como elemento determinante a prestação de serviço público específico e divisível aos proprietários dos imóveis situados na área alcançada pela obra.
C. A contribuição de melhoria pressupõe a existência de obra pública da qual decorra valorização imobiliária, observando-se limites relacionados ao custo da obra e ao acréscimo de valor experimentado pelos imóveis beneficiados.
D. A contribuição de melhoria possui natureza de imposto municipal, razão pela qual sua cobrança independe de vínculo entre a atuação estatal e a valorização do patrimônio imobiliário.

QUESTÃO 44

Um município instituiu uma cobrança denominada "taxa de manutenção urbana", destinada a custear genericamente despesas relacionadas à conservação de praças, vias públicas, iluminação e outras atividades de interesse coletivo. A cobrança foi calculada individualmente com base no valor venal dos imóveis situados no território municipal.

Considerando a natureza constitucional das taxas e os requisitos para sua instituição, analise as alternativas a seguir:

I. A taxa pode ter como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição.
II. A prestação de serviços públicos gerais e indivisíveis, destinados indistintamente à coletividade, não constitui fundamento constitucional suficiente para a instituição de taxa.
III. A utilização do valor venal do imóvel como critério para o cálculo da cobrança não transforma, por si só, uma exação destinada ao custeio genérico de serviços públicos em taxa juridicamente válida.
IV. A denominação atribuída pelo município à cobrança é suficiente para caracterizá-la como taxa, ainda que seu fato gerador não corresponda ao exercício do poder de polícia ou à prestação de serviço público específico e divisível.

Estão CORRETAS, apenas:

A. I e II.
B. I, III e IV.
C. I, II e III.
D. II, III e IV.

QUESTÃO 45

Um cidadão encaminhou a determinado órgão público pedido de acesso a informações relacionadas à execução de um contrato administrativo. O pedido não apresentou justificativa para a solicitação nem indicou a finalidade que seria dada às informações. O servidor responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão considerou o requerimento inadequado justamente pela ausência dessas informações.

Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011, analise as proposições:

I. O acesso à informação constitui direito assegurado pela Lei de Acesso à Informação, devendo a publicidade ser considerada como regra e o sigilo como exceção.
II. O requerente deve apresentar os motivos que justificam seu interesse pela informação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido.
III. A identificação do requerente constitui requisito para a apresentação do pedido, mas a legislação veda que sejam exigidas informações relativas aos motivos determinantes da solicitação.
IV. O órgão público pode exigir que o requerente demonstre interesse jurídico direto na informação sempre que o pedido envolver contratos administrativos.

Estão CORRETAS, apenas:

A. I e II.
B. I e III.
C. II e IV.
D. I, III e IV.

QUESTÃO 46

Durante a fiscalização de determinado órgão público, constatou-se que um agente público praticou ato contrário às normas administrativas, provocando uma irregularidade na execução de determinada atividade. Na apuração, entretanto, não foram identificados elementos que demonstrassem que o agente tenha atuado com vontade livre e consciente de alcançar resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

Considerando a disciplina atualmente vigente da Lei nº 8.429/1992, analise as proposições:

I. A configuração de ato de improbidade administrativa exige que a conduta esteja prevista nos tipos definidos pela Lei nº 8.429/1992 ou em legislação especial e seja praticada dolosamente.
II. O dolo, para fins da Lei de Improbidade Administrativa, corresponde à vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da lei.
III. O mero exercício da função pública, quando desacompanhado da comprovação de ato doloso com finalidade ilícita, é suficiente para caracterizar improbidade administrativa sempre que houver ilegalidade administrativa.
IV. A mera voluntariedade do agente na prática da conduta é suficiente para caracterizar o dolo exigido pela Lei de Improbidade Administrativa.

Estão CORRETAS, apenas:

A. I e III.
B. I e II.
C. II e IV.
D. I, II e III.

QUESTÃO 47

Um agente público responsável por procedimento licitatório, com o propósito de favorecer determinada empresa, adotou deliberadamente medidas destinadas a restringir a competitividade do certame. A investigação demonstrou a existência de intenção de proporcionar benefício indevido ao terceiro favorecido, embora não tenha sido comprovado enriquecimento ilícito do agente nem dano patrimonial ao erário.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, analise as alternativas:

I. A inexistência de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito do agente não impede, por si só, a configuração de ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei nº 8.429/1992.
II. A frustração dolosa do caráter concorrencial de concurso público, chamamento ou procedimento licitatório, com finalidade de obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros, pode configurar ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
III. Para a configuração de improbidade prevista no art. 11, é suficiente a existência de qualquer ilegalidade administrativa, independentemente da demonstração de dolo e da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
IV. Os atos de improbidade previstos no art. 11 exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, embora sua configuração não dependa necessariamente da produção de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito.

Estão CORRETAS, apenas:

A. I e III.
B. II e III.
C. I, II e IV.
D. I, III e IV.

QUESTÃO 48

Durante a elaboração do orçamento de determinado ente público, a equipe responsável identificou a necessidade de compatibilizar as previsões de receitas e despesas com as regras que disciplinam o processo orçamentário. Entre as medidas adotadas, buscou-se evitar a inclusão de matérias estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa na Lei Orçamentária Anual.

Considerando os princípios aplicáveis ao orçamento público brasileiro, analise as alternativas:

I. O princípio da universalidade determina que a Lei Orçamentária Anual deve compreender todas as receitas e despesas do ente público.
II. O princípio da exclusividade estabelece que a Lei Orçamentária Anual deve conter apenas matéria relacionada à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as autorizações

constitucionalmente admitidas.

III. O princípio da anualidade orçamentária determina que o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para período correspondente a um exercício financeiro.
IV. O princípio da unidade impede que o orçamento público contenha diferentes peças ou componentes, exigindo que todas as receitas e despesas sejam apresentadas em um único documento sem qualquer divisão estrutural.

EstãoCORRETAS, apenas:

A. I e IV.
B. I, II e III.
C. II, III e IV.
D. I, II, III e IV.

QUESTÃO 49

No processo de planejamento governamental, determinado município iniciou a elaboração de seus instrumentos orçamentários para um novo período de governo. A equipe técnica precisou definir quais instrumentos deveriam estabelecer as diretrizes de médio prazo, orientar a elaboração do orçamento anual e efetivamente prever as receitas e fixar as despesas para determinado exercício financeiro.

Considerando o sistema de planejamento e orçamento previsto na Constituição Federal, analise as alternativas:

I. O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da Administração Pública e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
III. A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que o ente público detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social, nos termos constitucionais.
IV. A Lei de Diretrizes Orçamentárias substitui o Plano Plurianual na definição das diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da Administração Pública.

Estão CORRETAS, apenas:

A. I e IV.
B. II e IV.
C. I, II e III.
D. I, III e IV.

QUESTÃO 50

Durante a elaboração do orçamento de um município, o setor responsável identificou que determinado programa governamental estava previsto no planejamento plurianual, mas sua execução no exercício seguinte dependeria de sua compatibilidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas para aquele período e de sua correspondente previsão orçamentária.

Considerando a relação entre PPA, LDO e LOA, assinale a alternativa CORRETA:

A. A LOA possui autonomia absoluta em relação ao PPA e à LDO, podendo criar livremente programas e prioridades ainda que incompatíveis com os instrumentos anteriores de planejamento.
B. O PPA possui função exclusivamente contábil, destinando-se apenas ao registro das despesas de capital já executadas pelo ente público.
C. A LDO possui função exclusivamente arrecadatória, estabelecendo as espécies tributárias que serão cobradas no exercício seguinte.
D. O sistema constitucional de planejamento estabelece uma relação articulada entre PPA, LDO e LOA, de modo que o planejamento de médio prazo orienta as diretrizes e prioridades e estas orientam a elaboração do orçamento anual.

RASCUNHO